

# Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano III, nº 9 – Setembro / 2005

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

APOIO:



## FUNDO SETORIAL DO PETRÓLEO

# Uma conta que não fecha



Criados para proporcionar investimentos em áreas estratégicas, fundos setoriais não têm recebido parcela dos recursos que lhe cabem. Reserva de Contingência da União esterilizou R\$ 880 milhões destinados à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico do setor petróleo

### ENTREVISTA

#### Cidadania é fiscalização

Boletim entrevista o presidente da Auditor, entidade que lidera a campanha "Adote um Município". Idéia é reunir voluntários para fiscalizar contas municipais

PÁGINAS 4 E 5

### ARTIGOS

#### Dependência crescente

Estudo compara receitas próprias de municípios produtores de petróleo no estado do Rio de Janeiro com receitas dos royalties e participações. Preocupação, por toda a parte, é com a forma de utilização dos recursos

PÁGINAS 6 E 7

#### Impactos da desigualdade

Indústria do petróleo na cidade de Macaé (RJ) trouxe desenvolvimento e, também, segregação socioespacial. Riquezas não eliminam desigualdades e população não absorvida pelo setor acaba "empurrada" para bairros distantes

PÁGINAS 8, 9 E 10

PÁGINAS 2 E 3

ARTIGO COMPARA O VOLUME DE RECURSOS LEVANTADOS PELOS FUNDOS SETORIAIS, ENTRE OS QUAIS ESTÃO PARCELA DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES, COM OS ORÇAMENTOS DA PASTA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Artigo

# O descompasso entre a aplicação e a arrecadação de recursos do Fundo Setorial de Petróleo

WALKYRIA MENEZES LEITÃO TAVARES

A criação dos chamados fundos setoriais, mecanismo de fomento baseado na arrecadação de recursos junto a vários setores da economia, foi considerada, na ocasião, a grande solução para os problemas do setor de ciência e tecnologia que convivia, há muitos anos, com minguados recursos governamentais e com a descontinuidade de apoio a programas e iniciativas, cuja natureza exigia longos períodos de maturação.

O primeiro desses fundos a ser criado foi o chamado de Fundo Setorial de Petróleo, instituído pela Lei nº 9.478, de 1997, que destinou vinte e cinco por cento da parcela do valor dos royalties<sup>1</sup> (compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural) que exceder cinco por cento da produção ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do setor.

Nos anos seguintes, foram criados mais quatorze fundos setoriais cujas legislações também destinaram ao Ministério da Ciência e Tecnologia recursos



oriundos de diferentes setores produtivos, derivados de receitas variadas oriundas de compensações financeiras, contribuições de intervenção sobre o domínio econômico, concessões, permissões e autorizações.

A alocação dos recursos recolhidos pelos fundos é feita anualmente com base na previsão de arrecadação. Nos primeiros

anos de existência dos fundos, o total arrecadado foi incluído na proposta orçamentária. Contudo, durante a execução orçamentária, os recursos não foram totalmente utilizados, pois foram submetidos aos chamados limites de empenho, também denominados de contingenciamentos, estabelecidos pelo Poder Executivo.

Em 2003, entrou em cena, pela primeira vez, a alocação de parcela significativa desses recursos na chamada Reserva de Contingência, instrumento pelo qual os recursos continuam constando da programação de cada fundo na Lei Orçamentária, porém não podem ser utilizados. O uso desse mecanismo de “esterilização” de recursos dos fundos setoriais passou, então, a ser aplicado sistematicamente nos anos subsequentes. Essa nova forma de restrição à aplicação de recursos dos fundos setoriais anulou, em grande parte, medida adotada pelo Congresso Nacional que, desde 2003, vem introduzindo na Lei de Diretrizes Orçamentárias dispositivo que impede o contingenciamento de recursos do setor de ciência e tecnologia durante a execução orçamentária.

O Fundo Setorial do Petróleo foi o fundo mais afetado pela programação de recursos no grupo “Reserva de Contingência”, conforme se pode observar da Tabela apresentada a seguir que compara, no período de 2001 a 2005<sup>2</sup>, a evolução da execução

CONTINUA NA PÁGINA 3

Relação entre recursos autorizados e liquidados nos fundos setoriais no período 2001-2005

Fundos Setoriais	2001		2002		2003		2004		2005	
	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado
Fundo de Petróleo	151.120.500	111.201.446	103.866.201	75.078.965	91.040.001	82.136.648	75.040.000	62.332.865	86.560.689	15.909.462
Reserva de Contingência	0	0	0	0	88.810.412	0	417.399.826	0	376.217.842	0
Total Fundo de Petróleo	151.120.500	111.201.446	103.866.201	75.078.965	179.850.413	82.136.648	492.439.826	62.332.865	462.778.531	15.909.462
% Reserva Conting./ Total Fundo Petróleo	0		0		49,38		84,76		81,29	
Demais Fundos Setoriais	648.653.089	302.661.913	846.226.843	315.447.554	659.040.049	564.372.369	601.908.063	593.971.911	686.633.883	129.240.357
Reserva de Contingência	0	0	0	0	595.278.941	0	811.171.482	0	901.179.201	0
Total Fundos Setoriais	648.653.089	302.661.913	846.226.843	315.447.554	1.278.596.201	564.372.369	1.413.079.545	593.971.911	1.587.813.084	
% Reserva Conting. /Total Fundos Setoriais	0		0		47,45		57,4		55,5	

RECURSOS ARRECADADOS PELO FUNDO SETORIAL DO PETRÓLEO NÃO SE REVERTEM  
COMPLETAMENTE EM INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.  
DISTRORÇÃO TAMBÉM ACONTECE EM OUTRAS ÁREAS

continuação da página 2

orçamentária do Fundo com a execução orçamentária dos Fundos Setoriais como um todo. Em 2003, o percentual dos recursos do Fundo de Petróleo alocados em Reserva de Contingência acompanhou o percentual do total destinado aos fundos setoriais alocado dessa forma. Nos anos de 2004 e 2005, entretanto, observa-se que os percentuais do Fundo de Petróleo (84,76 e 81,29) foram muito superiores ao percentual do total de recursos dos fundos setoriais destinado ao referido grupo de despesa (57,4 e 55,5).

Como resultado, no período 2003-2005, mais de 880 milhões de reais destinados ao Fundo Setorial de Petróleo deixarão de ser aplicados no desenvolvimento científico e tecnológico do setor de petróleo e gás natural. Isso sem contabilizar, as diferenças obser-

mês de julho, somente 18% dos recursos autorizados haviam sido liquidados.

O Fundo Setorial de Petróleo, embora tenha sido fortemente atingido, não foi o único a sofrer restrições orçamentárias. A partir da análise da execução do total arrecadado pelos fundos setoriais, no período de 2001 a 2005, podemos afirmar que percentuais significativos deixaram de ser aplicados no financiamento das atividades de ciência e tecnologia, conforme preconizam as legislações que criaram essas novas fontes de receitas. Em 2001 e 2002, menos de cinquenta por cento dos valores autorizados foram liquidados e, em 2003 e 2004, os valores liquidados giraram em torno de quarenta por cento dos valores autorizados.

Tais restrições frustraram expectativas de melhoria do financiamento do setor, quadro que foi agravado pela adoção de outras medidas constitucionais e legais que promoveram a desvinculação definitiva de montantes significativos de recursos não utilizados e que se

acumularam ano a ano nas contas de alguns fundos setoriais. Sob diversas alegações, foram desviados recursos do setor de ciência e tecnologia para outros programas e atividades governamentais, o que configura claro desvirtuamento do objetivo inicial que motivou e justificou a interferência governamental nos setores produtivos que contribuíram com receitas para os fundos setoriais.

Para tentar minimizar as distorções aqui relatadas, o Congresso Nacional introduziu na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, que irá nortear o orçamento do próximo ano, dispositivo que estabelece que as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (fundo para o qual são carreados os recursos dos fundos setoriais), destinadas a compor Reserva de Contingência, não poderão ultrapassar o limite máximo de 40% da arrecadação total prevista. Parece, no entanto, que tal dispositivo não foi considerado, quando da elaboração da proposta orçamentária para 2006,

pois, de uma receita total de 2,096 bilhões de reais, cerca de sessenta por cento (1,245 bilhão de reais) foram programados na Reserva de Contingência.

O Fundo Setorial do Petróleo, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, contribuiu com grande parte - cerca de oitenta e oito por cento - dos recursos a

ele destinados para a formação da referida reserva (771 milhões de um total de 871 milhões).

CONGRESSO  
INTRODUZIU NA LDO  
DISPOSITIVO PARA  
TENTAR GARANTIR  
INVESTIMENTOS

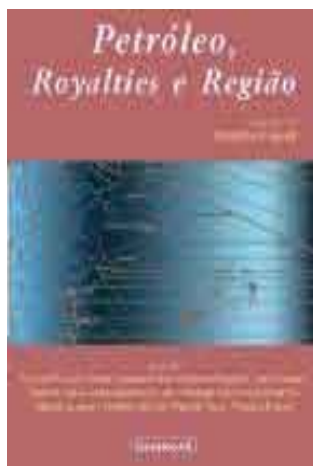
WALKYRIA MENEZES LEITÃO TAVARES É CONSULTORA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ÁREAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA.

NOTAS

1 - SOMENTE OITENTA POR CENTO DESSAS RECEITAS SÃO EFETIVAMENTE DESTINADAS AO FUNDO SETORIAL DE PETRÓLEO, UMA VEZ QUE, DE ACORDO COM O QUE ESTABELECE A LEI Nº 10.197, DE 2001, VINTE POR CENTO DOS RECURSOS DESTINADOS AOS FUNDOS SETORIAIS SÃO DIRECIONADOS PARA O CHAMADO FUNDO DE INFRA-ESTRUTURA.

2 - REFERIDA TABELA FOI CONSTRUÍDA A PARTIR DE DADOS OBTIDOS NO SÍTIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E CONTÉM OS VALORES AUTORIZADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E OS VALORES EFETIVAMENTE LIQUIDADOS NO MESMO ANO. PARA 2005, SÃO APRESENTADOS O MONTANTE AUTORIZADO E O LIQUIDADO ATÉ 31 DE JULHO.

MAIS DE R\$ 880  
MILHÕES DEIXARÃO  
DE SER APLICADOS  
EM PESQUISAS DO  
SETOR PETRÓLEO



## Conheça doze visões sobre o petróleo os royalties e a região

Editora Garamond

Em parceria com o UCAM/Cidades e Society of Petroleum  
Engineers – Seção Brasil

OS AUTORES

Agostinho Leal  
Carla Patrão  
Denise Terra  
Elísio Caetano  
Frédéric Monié  
Getúlio Leite  
José Gutman  
Nelson Crespo  
Patrícia Farias  
Rodrigo Serra  
Rosélia Piquet (Org.)

Apresentação  
Ricardo Beltrão

INSTITUTO FORMADO POR ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE SERVIDORES FEDERAIS, EM PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, DESENVOLVEM CAMPANHA PARA ESTIMULAR A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Entrevista

HENRIQUE MORAES ZILLER

# Uma cruzada voluntária pela transparência

## Entidades se unem para fiscalizar contas dos municípios

VITOR MENEZES

“A idéia de que um determinado percentual de recursos públicos é desviado mensalmente está superada. Falava-se em 10, 20, 30%. Em muitos casos, até a despesa que está legalmente destinada, de alguma maneira, está beneficiando fins privados”. A afirmação é do auditor do Tribunal de Contas da União e presidente da União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar), Henrique Moraes Ziller, em entrevista ao Boletim Petróleo, Royalties & Região.

Ele está à frente de uma missão de dificuldade considerável: mobilizar “cidadãos voluntários” para atuarem como fiscais das contas das prefeituras dos seus municípios. O projeto, batizado como “Adote um município”, foi criado pela Auditar e tem outras entidades como parcei-



ZILLER, DA AUDITAR, APOSTA NA AÇÃO VOLUNTÁRIA DA CIDADANIA

denúncias de corrupção.

A idéia é auxiliar ongs locais que se dedicam ao combate à corrupção nas prefeituras, dando suporte técnico e até realizando visitas, as chamadas “Caravanas Todos Contra a Corrupção”. Para fazer esse trabalho, foi criado pelas entidades participantes o Instituto de Fiscalização e Controle.

Pós graduado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio, Ziller já atuou em ramos tão distintos quanto uma rede de lanchonetes e uma editora evangélica. Em Brasília, trabalhou como assessor parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal até que, em 2000, fosse aprovado em concurso para o TCU.

Nesta entrevista, Ziller explica como funciona o

Adote um Município e revela os problemas de corrupção mais comuns encontrados nas prefeituras.

**Boletim Petróleo, Royalties & Região - Quando começou o projeto Adote um Município e quantos voluntários e padrinhos estão cadastrados?**

**Henrique Moraes Ziller** - O projeto está fazendo um ano em novembro próximo. Atualmente, temos 22 ONGs apadrinhadas, e outras 14 em processo de apadrinhamento.

**BPRR - Foram realizadas caravanas “Todos contra a corrupção”? Em quais municípios e com quais resultados?**

**Ziller** - Realizamos, até o momento, quatro caravanas: Ilhabela, Bertioga e Cananéia,

no estado de São Paulo; Bom Despacho, Diamantina e Ribeirão das Neves, no estado de Minas Gerais; e Vera Cruz e Nilo Peçanha, no estado da Bahia. É difícil precisar o resultado concreto da caravana em si. Podemos citar, entre os municípios participantes do projeto, alguns avanços em cidades como Ribeirão Bonito (SP), a cidade pioneira nesse tipo de ação, que hoje economiza 10% do orçamento anual em função do trabalho desenvolvido pelos membros da ONG. Em Cananéia (SP), o candidato à sucessão do ex-prefeito, por ele indicado,

ONG PARCEIRA FOI RESPONSÁVEL PELA DEPOSIÇÃO DE UM PREFEITO EM CIDADE DE SÃO PAULO

não pôde se candidatar em função do trabalho dos membros da ONG. O atual prefeito tem apresentado prestação de contas aos membros da ONG. E em Ribeirão das Neves (MG), o prefeito recebeu a ONG local para saber deles quais as ações que eles gostariam de ver a prefeitura desenvolver, no sentido de dar mais transparência e permitir maior controle da execução orçamentária municipal.

**BPRR - O fato de o projeto**

QUATRO CARAVANAS “TODOS CONTRA A CORRUPÇÃO” FORAM REALIZADAS EM TRÊS ESTADOS

ras, entre elas a ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo), que se tornou conhecida nacionalmente após ter conseguido a deposição do então prefeito da cidade, Antonio Sérgio de Mello Buzzá, que teve contra ele comprovadas

ENTREVISTADO DO BOLETIM **PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO** CITA A RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR HABITANTE/ANO DA CIDADE DE QUISSAMÃ (RJ) PARA ILUSTRAR A NECESSIDADE DE ATENÇÃO COM A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

Continuação da página 4

**ter sido criado por funcionários do Tribunal de Contas da União é uma espécie de denúncia acerca da incapacidade dos Tribunais de Contas em realmente fiscalizar as contas públicas?**

### ÓRGÃOS DE CONTROLE NÃO TÊM COMO REALIZAR SOZINHOS TODO O TRABALHO

**Ziller - É uma constatação de que os órgãos de controle não têm condições de fazer todo o trabalho necessário. O controle social é indispensável, em qualquer cenário, mesmo se tivéssemos órgãos mais eficientes. O atual contexto político revela com clareza as limitações dos órgãos de controle. Iniciativas como essa são fundamentais para que haja maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.**

**BPRR - O texto de apresentação do projeto afirma que “um Cidadão Voluntário é alguém da comunidade que está interessado em fiscalizar as ações do governo municipal. Para isso ele se mantém atento ao que acontece em sua cidade, sempre observando o destino da verba pública”. Este “cidadão”, com este interesse e disponibilidade, existe?**

**Ziller - Fiscalizar não faz parte da cultura do brasileiro. Pouca gente está interessada em desempenhar esse papel. Creio que estamos lidando com um projeto de longo prazo, pois seu sucesso depende da mudança da cultura dos cidadãos. Temos que começar agora,**

**para que dentro de alguns anos a conscientização seja maior. Hoje são poucos os que se dispõem a esse trabalho. Minhas filhas, vendo o esforço do pai, estão crescendo com essa consciência. Creio que é um caminho a ser seguido.**

**BPRR - Não é natural que interessados na fiscalização das contas dos seus municípios sejam também pessoas interessadas na política municipal e que, portanto, também tenham preferências ou até filiações partidárias? Como ocorre com os conselhos municipais, estes grupos de “cidadãos” também não poderiam servir de ferramenta em disputas locais?**

**Ziller - Sem dúvida. Mas a alternativa a essa questão seria não desenvolver o projeto. De nossa parte, tomamos todos os cuidados possíveis, mas entendemos que o risco vale a pena. Além disso, essa preocupação existe porque em nosso conceito todos os cidadãos que se entregam à ação política partidária têm por objetivo o bem próprio, e não o coletivo, o lucro pessoal, e não o bem estar social. O que temos que cuidar, nesse caso, é uma tarefa mais espinhosa, não diz respeito a essa preocupação de conotação política do projeto, e, sim, o caráter da ação política daqueles que a ela se dedicam.**

**BPRR - De onde vêm os recursos que sustentam o Instituto de Fiscalização e Controle?**

**Ziller - Das entidades parceiras, a Auditar (TCU), o Sindilegis (Congresso Nacional), a Unacon (CGU), a Audicaixa e a Aneac (CEF), entre outras. Todas são entidades representativas de**

**servidores desses órgãos.**

**BPRR - Baseado na experiência de vocês, é possível identificar alguns dos problemas mais comuns de corrupção nos municípios?**

**Ziller - Vou fazer um comentário genérico: os municípios brasileiros, em larga escala, vivem sob a ditadura do prefeito. Em geral, ele comanda todos os entes públicos, de maneira que todas as instituições devem-lhe lealdade. São feudos, geridos no conceito do patrimonialismo, e isso acontece de norte a sul do País. A idéia de que um determinado percentual de recursos públicos é desviado mensalmente está superada.**

### EM MUITOS CASOS, A RECEITA LEGALMENTE DESTINADA ATENDE A FINS PRIVADOS

**Falava-se em 10, 20, 30%. Em muitos casos, até a despesa que está legalmente destinada, de alguma maneira, está beneficiando fins privados. Farei uma afirmação ousada. A lógica mudou, pois hoje, o orçamento público municipal é gerido de maneira que todos os recursos beneficiem o prefeito e seu grupo, direta ou indiretamente. Todo o gasto com fim coletivo e público observa, também, algum benefício a ser auferido por ele.**

**BPRR - Há dados sobre o tamanho do rombo nas contas dos municípios provocado pelo problema da corrupção?**

**Ziller - Há pistas que impressionam. Diamantina (MG) tem uma receita orçamentária**

**aproximada de R\$ 350,00 por ano, por habitante. Esse valor, em Quissamã (RJ), ultrapassa R\$ 10.000,00 por ano, por habitante. Quissamã deveria ser uma Suíça, no mínimo. Eu ainda não conheço o município, mas desconfio que não seja muito melhor do que Diamantina. Esses números podem mostrar o tamanho do problema.**

**BPRR - Depois de fiscalizar e encontrar problemas, quais os caminhos que devem ser percorridos? Ministério Público? Câmara de Vereadores? Imprensa?**

**Ziller - Todos os possíveis: Câmara, Imprensa, Ministério Público, CGU, TCU, Denasus, MEC. A Câmara dos Deputados acaba de criar um cartilha que contém modelos de representações a serem feitas a esses órgãos. Está no site deles.**

**BPRR - O Boletim Petróleo, Royalties & Região é particularmente interessado na gestão dos recursos dos royalties e participações do petróleo. Vocês já identificam problemas específicos na gestão destes recursos?**

**Ziller - Aquela relação acima mencionada nos mostra que possivelmente existem muitos problemas em cidades como Quissamã (RJ), Paulínia, Ilhabela e Bertoga (SP), para citar municípios participantes do projeto.**

**BPRR - O Instituto mantém ou planeja manter algum portal na internet onde centralize os dados levantados sobre os municípios fiscalizados?**

**Ziller - Sem dúvida. Já está quase pronto, em endereço provisório, o site do Projeto Adote um Município, que é de responsabilidade do Instituto: <http://adoteum-municipio.locaweb.com.br/>.**

ARTIGO TRAZ DADOS DE LEVANTAMENTO QUE COMPAROU AS RECEITAS PRÓPRIAS DE MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM OS RECURSOS PROVENIENTES DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES

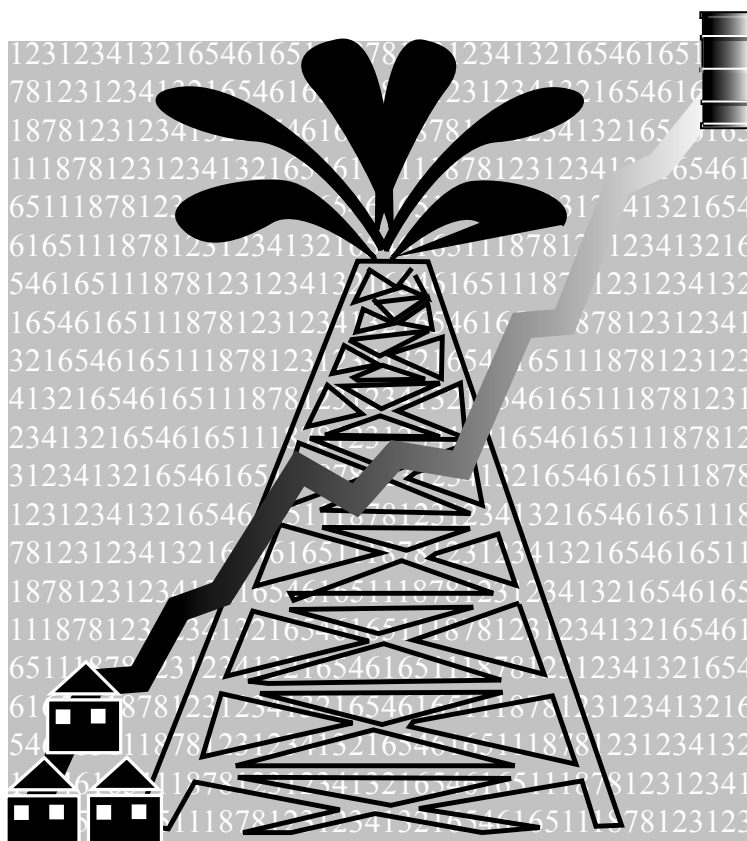
Artigo

## Análise comparativa da gestão de recursos públicos da região dos municípios produtores de petróleo do Estado do Rio de Janeiro

FILIPE HONORATO

As rendas oriundas da produção de petróleo representam parte substancial do Produto Interno Bruto (PIB), dos ingressos de capital e de divisas em muitos países produtores de petróleo no mundo. As preocupações acerca do tema, iniciam-se quando se observa que dentre os principais países receptores de rendas minerais no mundo, a maior parte é constituída pelos países ditos em desenvolvimento (Guerra e Honorato, 2004). Muitas das preocupações recaem sobre o impacto que esse “movimento econômico” provoca na região e, principalmente, no dia-a-dia de suas populações.

Pela própria lógica da economia do petróleo, os empresários e as empresas do setor, se instalam rapidamente, alterando a dinâmica da economia



de organismos internacionais, preocupados que estão com o retorno social e a eficiência no gasto, desse montante de significativo de divisas.

Como enfatizado pelo Banco Mundial,

“Lamentablemente, la evidencia a la fecha sugiere que a menudo las rentas petroleras se convierten más en una maldición que en una bendición, con países que disfrutando de aquellas rentas se quedan detrás de países no petroleros que si logran objetivos de desarrollo sin experimentar la parte de inestabilidad política y conflictos violentos que acompañan a menudo la bonanza petrolera. Hay una preocupación creciente sobre este problema entre los inversionistas de las compañías petroleras,

la sociedad civil, las agencias de desarrollo, y en los países mismos, así como una determinación creciente para hacer algo sobre este asunto”<sup>1</sup>.

Seguindo esses pressupostos, o Observatório Urbano Estado do Rio de Janeiro (OUERJ), motivado pelo ROLAC UN-HABITAT<sup>2</sup>, elaborou o relatório técnico intitulado Análise comparativa da gestão de recursos públicos da região dos municípios produtores de petróleo do Estado do Rio de Janeiro. O documento em questão teve como objetivo “aplicar indicadores urbanos de UN-HABITAT, referentes ao módulo de governo local, de forma comparativa aos 9 municípios que, considerados zonas principais de produção, recebem royalties do petró-

leo”<sup>3</sup>.

O estudo encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira procura-se apresentar as características gerais de uma região contígua territorialmente e classificada pela ANP como “zona principal de produção de petróleo e gás”<sup>4</sup>. Essa parte já encontra-se bastante explorada pela literatura nacional (inclusive em diversos artigos apresentados na história do presente boletim), e não será abordada, tendo sido apresentado no relatório devido ao seu caráter inter-nacional.

Em sua segunda parte, o relatório concentra-se no comportamento das receitas e despesas do grupo de municípios supracitado, no período de 1997 a 2003. A metodologia utilizada para a análise das receitas, compreendeu a seguinte subdivisão: receitas

EMPRESAS DO SETOR  
SE INSTALAM  
RAPIDAMENTE E  
PRODUZEM GRANDE  
IMPACTO

local, bem como a demanda por alguns bens e serviços, tais como imóveis, educação, cultura e serviços. Simultaneamente, o poder público local, amplia sua capacidade de intervenção na sociedade local ao ver suas receitas serem ampliadas devido a incorporação repentina das rendas minerais.

Em virtude disso, observa-se grande preocupação por parte

LEVANTAMENTO  
MOSTRA TRAJETÓRIA  
DAS RECEITAS  
MUNICIPAIS ENTRE  
1997 E 2003

próprias (IPTU, ITBI e ISS, e, royalties e participações especiais), transferências do estado e da união seguindo as informações comprovadas em processos no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

O estudo aponta que as receitas apresentaram um crescimento marcante entre

CONTINUA NA PÁGINA 7

CONFIRA GRÁFICOS QUE DEMONSTRAM O CRESCIMENTO DAS RECEITAS DOS ROYALTIES E O PESO QUE ESTES PASSARAM A TER NOS ORÇAMENTOS DOS MUNICÍPIOS, QUANDO COMPARADOS AOS CHAMADOS IMPOSTOS DE SUSTENTABILIDADE FISCAL

continuação da página 6

1997 e 2004 (ver gráfico 1), com a participação cada vez maior, dos royalties e participações especiais e em menor escala das transferências do Estado na composição total das receitas (ambos impacto direto da extração mineral – gráfico 2). Observa-se ainda, um deslocamento das receitas (descontadas os royalties), de pouco mais de R\$ 40 milhões, para algo em torno de R\$ 140 milhões, no mesmo período. Porém grande parte deste aumento, não é decorrente dos chamados impostos de sustentabilidade fiscal (como o IPTU, por exemplo) (gráfico 3). Este é a principal constatação desta parte do relatório.

Já para a análise das despesas, a equipe OUERJ optou metodologicamente por seguir a distribuição por função orçamentária (conforme divisão realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro). Além disso, buscou-se identificação dos gastos, de acordo com as normas que regem a gestão pública (como obrigаторiedades de controle mínimo e máximo dos gastos, conforme constituição), com as Metas do Milênio e com a missão da UN-HABITAT. As funções de habitação e urbanismo, saúde e saneamento, assistência e previdência social, trabalho e desenvolvimento econômico, administração e planejamento, e, legislativo, receberam grande atenção.

Porém, o grande destaque da seção despesas foi a educação. Para análise da educação, foi criado um índice de ineficiência escolar seguindo os padrões UNESCO. O índice de ineficiência escolar, analisa a relação matrícula X reprovações X abandonos, relacionando com o custo de cada aluno nas escolas. Assim, ao final da análise, foi determinada a perda monetária com a

ineficiência educacional dos municípios.

Ao longo do relatório técnico, a equipe OUERJ buscou avançar os entendimentos acerca da Região dos Municípios Produtores Principais de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de se propor alternativas visando transformar o atual ciclo de riquezas oriundas dos royalties e participações especiais em desenvolvimento econômico e social expressivo e sustentando, em geração de emprego e renda, em melhoria da qualidade de vida de suas populações e na implementação de uma boa governança.

O estudo, em sua íntegra, está disponível em [www.ouerj.nuseg.uerj.br](http://www.ouerj.nuseg.uerj.br) ou <http://www.royaltiesdopetroleo.ucamcampos.br/>.

FILIPPE HONORATO É ECONOMISTA (UFF) E MESTRE EM PLANEJAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS (UNICAMP). MEMBRO DO OUERJ E PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS DISCIPLINAS DE ECONOMIA DO PETRÓLEO E TECNOLOGIA DO PETRÓLEO.

**NOTAS**

- 1 - SITE DO BANCO MUNDIAL ([HTTP://WWW.WORLDBANK.ORG/OGSIMPACT/CPOVERVIEWSP.HTM](http://www.worldbank.org/ogsimpact/cpoverviewsp.htm)).
- 2 - ROLAC (OFICINA REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE) E UN-HABITAT (UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS).
- 3 - OS 9 MUNICÍPIOS SÃO: ARMAÇÃO DE BÚZIOS, CABO FRIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, CARAPEBUS, CASIMIRO DE ABREU, MAC AÉ, QUISSAMÁ, RIO DAS OSTRAS E SÃO JOÃO DA BARRA.
- 4 - FONTE: WWW.ANP.GOV.BR.

**BIBLIOGRAFIA**

ANP, [WWW.ANP.GOV.BR](http://WWW.ANP.GOV.BR).  
 HONORATO, F. F., GUERRA, S. M., "A LEI DO PETRÓLEO E A RENDA PETROLÍFERA NO BRASIL", CBE, RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 2004.  
 WORLD BANK, [HTTP://WWW.WORLDBANK.ORG/OGSIMPACT/CPOVERVIEWSP.HTM](http://WWW.WORLDBANK.ORG/OGSIMPACT/CPOVERVIEWSP.HTM)

Gráfico 17 - Receitas próprias, em R\$ (1997/2003)

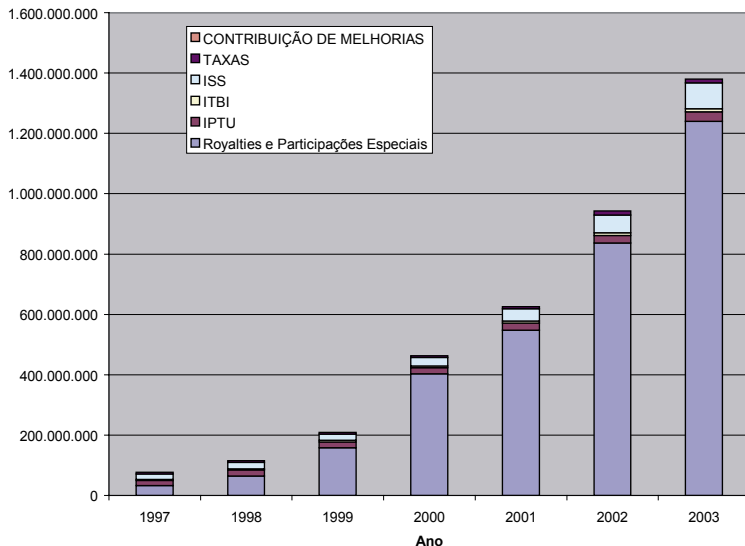


Gráfico 12 - Evolução da participação dos royalties na receitas totais, em % (1997/2003)

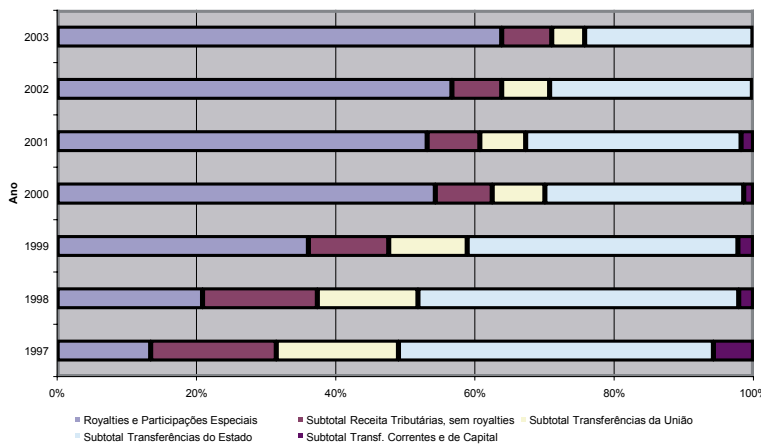
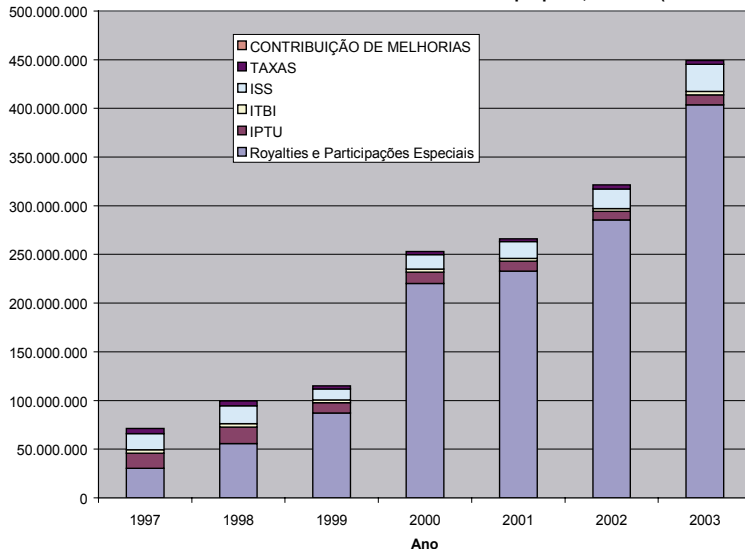


Gráfico 18 - Receitas próprias, em US\$ (1997/2003)



ESTUDO MOSTRA OS EFEITOS DA CHEGADA, APÓS OS ANOS 70, DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA CIDADE DE MACAÉ, NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. POPULAÇÃO SALTOU DE 75,8 MIL EM 1980 PARA 132,4 MIL NO ANO 2000

Artigo

## Desenvolvimento e Segregação Socioespacial em Macaé-RJ<sup>1</sup>

LEONARDO DE CARVALHO SILVA

Com a descoberta de petróleo e o início da produção nos campos petrolíferos da Bacia de Campos no fim da década de 70, as sedes das empresas se instalaram em Macaé, e a cidade ganhou então novos elementos que geraram um intenso ritmo

### CHEGADA DE MILHARES DE NOVOS HABITANTES REORGANIZOU O ESPAÇO URBANO DE MACAÉ

de crescimento fazendo com que a cidade passasse a ser apontada como um novo pólo de desenvolvimento regional. Com isso a paisagem urbana da cidade experimenta um ritmo de transformação intenso.

O número de habitantes de Macaé saltou de 75.863 habitantes<sup>2</sup> no ano de 1980 (ano em que os primeiros campos de petróleo entraram em produção, os campos de Norte de Garoupa, Pampo e Linguado) para 132.461 habitantes em 2000, gerando uma taxa geométrica anual de crescimento de 2,86%. Nesse mesmo período, essa taxa foi, para o estado do Rio de Janeiro de 1,22 e para o Brasil de 1,79<sup>3</sup>.

A chegada destas pessoas é um dos fatores que faz acelerar o permanente processo de reorganização do espaço urbano, que, como cenário destas transformações, se modifica, ganhando contornos que refletem as mudanças ocorridas no município. Uma das mudanças acentuadas com a chegada de pessoas vindas de outras cidades é o aquecimento do mercado imobiliário e a valorização

de algumas áreas em especial, provocando uma segregação espacial.

As diferentes expressões usadas pelos autores para definição de espaço urbano nos levam à mesma idéia, de convergência de pessoas, serviços e mercadorias em delimitada área, a cidade, a partir da qual se desenvolvem relações de diversos tipos – sociais, econômicas e políticas – relações essas que são reflexo da sociedade. A idéia expressa por Faria reflete o tipo de segregação espacial que tratamos: “O padrão segregacionista do espaço residencial é produzido pela maior ou menor capacidade que os indivíduos/famílias de diferentes rendimentos têm de se apropriar das externalidades do espaço urbano<sup>4</sup>”.

Com o objetivo de observar se o desenvolvimento da indústria petrolífera tem colaborado para

atenuar a desigualdade de renda, foram observados os dados censitários de 1991 e 2000 dos responsáveis pelos domicílios da área urbana de Macaé.

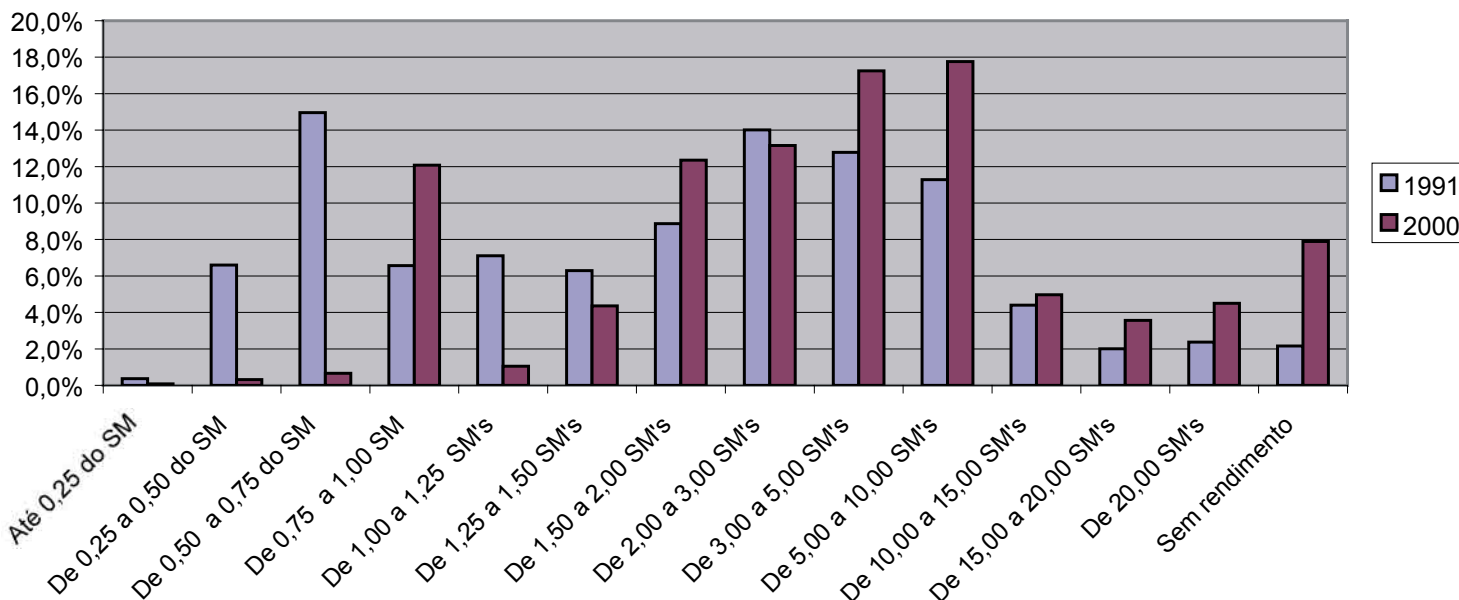
Através do gráfico abaixo, observamos que, de 1991 para 2000 houve queda do percentual dos chefes de família que declararam ganhar até 0,75 do

### ESTUDO BUSCA SABER SE HOUVE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA COM A INDUSTRIALIZAÇÃO

salário mínimo. Possivelmente essas pessoas passaram para a classe de 0,75 a 1 salário mínimo, classe essa que aumentou.

CONTINUA NA PÁGINA 9

Rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios (%) - Macaé 1991 e 2000



Fonte: IBGE



DESENVOLVIMENTO OBSERVADO NO MUNICÍPIO TEM CARÁTER SELETIVO, DEMONSTRA O ARTIGO. FICAM DE FORA OS NÃO QUALIFICADOS PARA A ATUAÇÃO EM SETORES DE MELHOR REMUNERAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

continuação da página 8

A partir daí, em praticamente em todas as classes seguintes, sobretudo para as classes a partir de 3 SM, houve aumento do percentual de chefes em 2000. Um outro fato a ser destacado é que a categoria sem rendimento também apresentou crescimento no período observado. Esse é um importante indício de que o crescimento que ocorre na cidade é seletivo, e exclui os que não apresentam as características necessárias, principalmente no que tange à qualificação.

A mudança no perfil de rendimento dos chefes de família

#### ESPAÇO URBANO PASSA A REFLETIR A MUDANÇA DE PERFIL GERADA PELA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO

é um importante elemento que contribui para a reconfiguração intra-urbana, pois quando se melhora o rendimento, tem-se a possibilidade de procurar ampliar a capacidade dos indivíduos/famílias de se apropriar das externalidades do espaço urbano.

Podemos supor, com base no gráfico acima que, entre 1991 e 2000, a indústria petrolífera propiciou melhoria no rendimento dos chefes da família. No entanto, devemos observar que a melhoria pode camuflar uma tendência de desigualdade de renda, uma vez que é identificado um aumento no percentual de pessoas nas faixas de rendimentos mais altas.

Os dados disponibilizados para 2000 são passíveis de serem desagregados por bairros, esse procedimento tem como objetivo observar como as pessoas de diferentes rendimentos se distribuem na área urbana da cidade, a fim de observar possíveis disparidades que denunciem segregação socioespacial.

No mapa (ver na página 10) se destacam os bairros: Lagoa, Vale Encantado, Granja dos Cavaleiros, Glória e Cavaleiros, todos espacialmente próximo, evidenciando se tratar de uma área apropriada por famílias/indivíduos de rendimentos elevados, mais o bairro de Imbetiba. Cabiúnas é um caso atípico, ora apresentando indicadores característicos de maior percentual de exclusão social, ora

nem tanto. Cabe explicitar que se trata de um bairro atípico, com apenas 11 domicílios, onde predomina a atividade industrial. Podemos apontar o Parque Aeroporto e São José do Barreto como áreas que acumulam índices mais positivos em outra parte da área estudada.

Mostrou-se evidente então outra característica da segregação socioespacial em Macaé, uma diferença entre os migrantes e os naturais de Macaé. Essa diferença mostrou-se expressiva quando cruzamos os dados dos questionários aplicados durante execução da pesquisa "Percepção Ambiental sobre a Atuação da Indústria Petrolífera no Norte Fluminense", e observamos que 64,8% dos entrevistados que declararam ter rendimentos acima de 10 Salários Mínimos eram de pessoas não-naturais, e 35,2% eram macaenses. Esse cruzamento de dados nos permite supor que a segregação, vista como fruto do acesso seletivo – em função dos rendimentos diferenciados – ao solo urbano afeta de maneira distinta os imigrantes e os naturais e os não naturais de Macaé.

As áreas mais valorizadas do espaço urbano de Macaé

são ocupadas por pessoas com renda mensal elevada, que estão atreladas, à indústria petrolífera, seja de maneira direta, ou seja, com as pessoas empregadas nas indústrias petrolíferas, ou indireta, com as pessoas se beneficiando com a chegada de indústria petrolífera, pois ela representa chegada de capital e consumidor dos serviços oferecidos.

Através do mapa com o rendimento dos chefes de famílias, podemos observar que a área estudada apresenta uma segregação espacial, onde as pessoas de maior rendimento se concen-

#### SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO ATINGE DE MODO DIFERENTE MACAENSES E IMIGRANTES

tram em determinados bairros, que formam uma possível área de expansão em direção ao município de Rio das Ostras. Um dos diferenciais para atrair a população de maior poder aquisitivo é a

CONTINUA NA PÁGINA 10

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo  
[www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br](http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br)

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas

Você também pode enviar o seu artigo para [boletim@ucam-campos.br](mailto:boletim@ucam-campos.br)

MAPA DA CIDADE DE MACAÉ MOSTRA A SEGREGAÇÃO. BAIRROS COMO LAGOA, VALE ENCANTADO, GRANJA DOS CAVALEIROS, GLÓRIA E CAVALEIROS, ESPECIALMENTE PRÓXIMOS, REÚNEM FAMÍLIAS OU INDIVÍDUOS COM OS RENDIMENTOS MAIS ELEVADOS

continuação da página 9

proximidade das praias.

O município de Macaé está em processo de elaboração de seu Plano Diretor, e preocupações com a configuração da área urbana devem estar sempre presentes quando políticas públicas são criadas/modifica-

das, portanto supomos que o plano diretor, e outras medidas são instrumentos a contribuir para diminuir e extinguir a segregação sócio-espacial.

LEONARDO DE CARVALHO SILVA É GRADUADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA

UENF (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE).

#### NOTAS

1 - ESTE ARTIGO DERIVA DE MINHA MONOGRAFIA ("URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL EM MACAÉ") APRESENTADA EM FEVEREIRO DE 2004, NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE E DISPONÍVEL EM

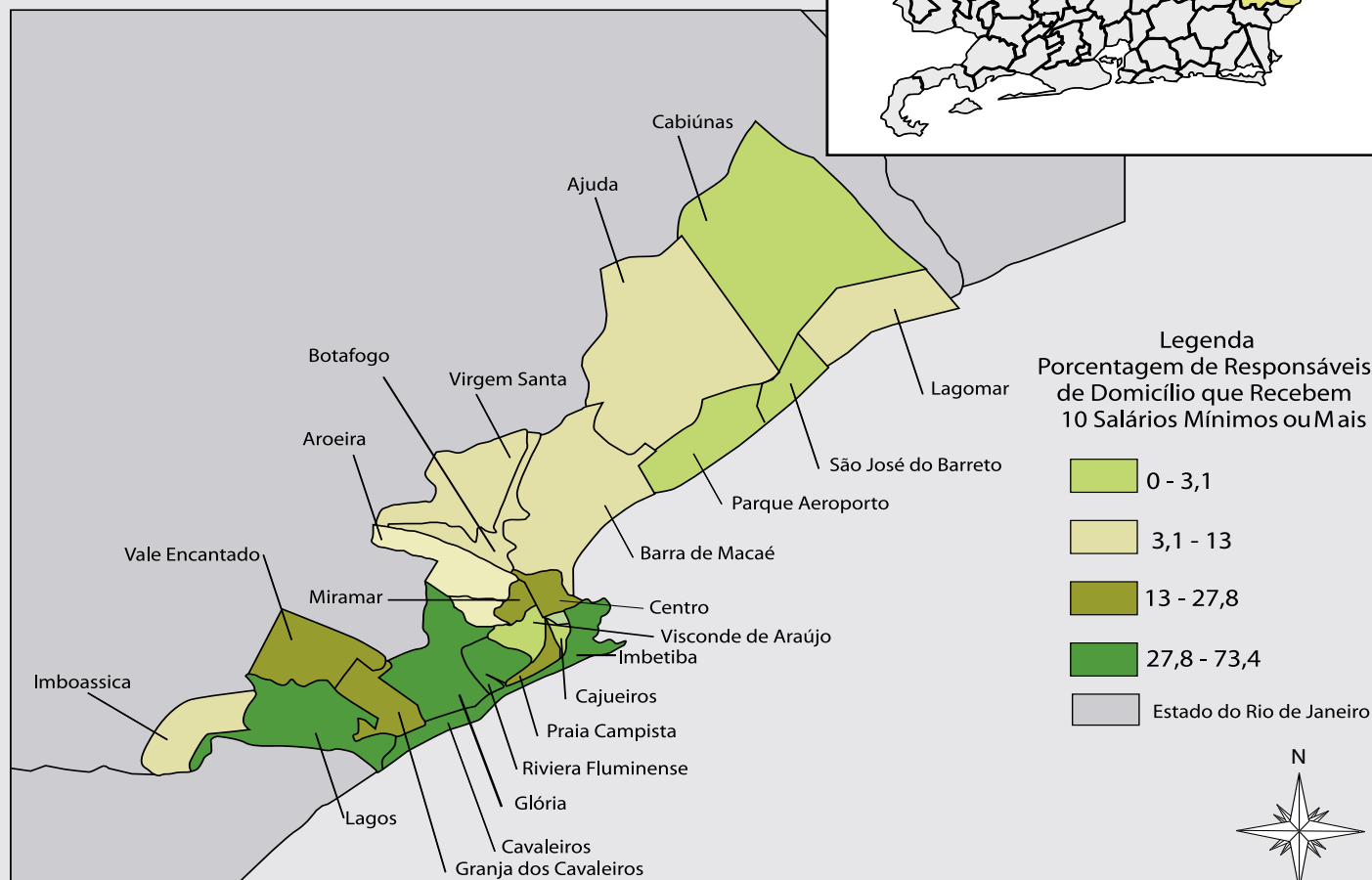
[HTTP://WWW.ROYALTIESDOPETROLEO.UCAM-CAMPOS.BR](http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br)

2 - CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE.

3 - TAXAS CALCULADAS A PARTIR DOS DADOS CENSITÁRIOS DO IBGE.

4 - TERESA CRISTINA FARIA. ESTRATÉGIAS DE LOCALIZAÇÃO RESIDENCIAL E DINÂMICA IMOBILIÁRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. IN: CADERNOS IPPUR, VOL. XIII, Nº 2. RIO DE JANEIRO: IPPUR. 1999, p.141.

## Chefes de domicílios urbanos com renda igual ou maior a 10 SM's – Macaé, 2000.



### Petróleo, Royalties & Região

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320  
telefax:(0xx22) 2733-4100

Ano III, Nº 9 - Setembro/2005

Coordenação: Rodrigo Valente Serra e Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vítor Menezes (DRT 03141)

Arte, Projeto Gráfico e diagramação: Alessandro Moraes (22) 9908-9725

Bolsistas: Karina Gonzales, Rafael Aviz e Thiago Muniz (FENORTE/TECNORTE) e Matheus Paulini (CNPQ).